

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sobre
as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	12

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos:
Acionistas e Administradores da
Energética São Patrício S.A.
Goiânia - GO

Grant Thornton Auditores Independentes
Avenida 136 nº 761, 14º pavimento
Edifício Nasa Business Style | Setor Sul
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444
F +55 62 3215.8499
www.granthornton.com.br

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Energética São Patrício S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro da seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energética São Patrício S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Distribuição de lucros

A controlada da Companhia, Lagoa Grande Energética S.A, mantém um contrato de financiamento junto a Caixa Econômica Federal – CEF, o qual prevê diversas obrigações, dentre as quais menciona que a mesma não poderá distribuir dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, durante as fases de investimento e de amortização do financiamento, exceto se expressamente autorizado pela Caixa Econômica Federal – CEF. Entretanto, conforme comentado na nota explicativa nº 8.4 c), a controlada Lagoa Grande Energética S.A realizou a distribuição de lucros no exercício de 2018 no montante de R\$ 3.950 mil, sem obtenção da devida autorização formal junto a Caixa Econômica Federal – CEF, não atendendo assim, integralmente as obrigações formalizada em tal contrato, estando portanto sujeita as avaliações posteriores a serem realizadas pela Caixa Econômica Federal – CEF. A administração acredita obter sucesso na formalização de um pedido de autorização de distribuição de lucros junto a referida instituição financeira. Como consequência, não foi possível determinar no momento os eventuais reflexos nas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da solução final de tal negociação, incluindo a classificação mantida entre passivo circulante e não circulante.

Partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 a Companhia, em 31 de dezembro de 2018, manteve transações significativas com partes relacionadas. As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições definidas entre as partes, que em nosso entendimento estão sujeitas a riscos de questionamentos de natureza fiscal, cujos montantes não foram devidamente apurados e adequadamente divulgados pela Administração da Companhia. Consequentemente, não nos foi possível estimar os eventuais impactos deste assunto sobre os passivos, resultado do exercício e patrimônio líquido.

Confirmações de saldos

A Companhia mantém registrado, nas demonstrações consolidadas, no grupo de empréstimos e financiamentos o montante de aproximadamente R\$ 36.372, junto a instituições financeiras, para os quais não obtivemos respostas às solicitações de confirmação dos saldos decorrentes destas operações. Como consequência estivemos limitados a formar opinião sobre o respectivo montante, bem como sobre sua classificação entre circulante e não circulante, pois caso tivéssemos recebido estas confirmações outros assuntos poderiam vir a nossa atenção e refletir em ajustes complementares nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Energética São Patrício S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram examinadas por nós, e emitimos relatório em 11 de fevereiro de 2019 contendo modificação relacionadas ao mesmos assuntos mencionados no parágrafo primeiro da seção “Base para opinião com ressalvas” acima e ênfase de operações com partes relacionadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

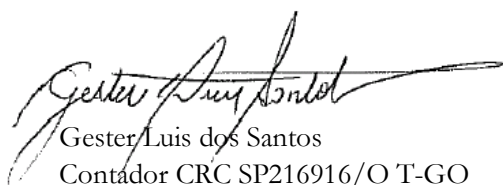
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 27 de março de 2019.



Gester Luis dos Santos
Contador CRC SP216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – GO

Energética São Patrício S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

		Individual		Consolidado	
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	354	21	4.123	1.636
Contas a receber	6	-	-	7.331	4.263
Impostos a recuperar		-	-	356	-
Outros créditos		-	-	414	584
Total do ativo circulante		354	21	12.224	6.483
Ativo não circulante					
Aplicações Vinculadas	5	-	-	6.970	3.879
Partes relacionadas	7	1.008	-	22.210	-
Depósitos Judiciais		-	-	798	681
Investimentos	8	231.539	86.924	36.200	8.171
Imobilizado	9	-	-	259.322	149.489
Intangível	8.1	-	-	3.193	3.404
Total do ativo não circulante		232.547	86.924	328.693	165.624
Total do ativo					
		232.901	86.945	340.917	172.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética São Patrício S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Notas	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	-	29.821	17.471
Fornecedores		-	356	425
Obrigações trabalhistas e tributárias		-	1.382	130
Contas a pagar		-	-	324
Adiantamento de clientes	11	-	3.634	5.124
Partes relacionadas	7	96.347	95.718	-
Dividendos a pagar		5.970	5.970	5.109
Total do passivo circulante		102.317	136.881	28.583
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	-	45.747	36.884
Obrigações tributárias		-	1.990	-
Partes relacionadas	7	-	9.768	11.907
Provisão para demandas judiciais	12	-	-	600
Total do passivo não circulante		1.435	57.505	49.391
Patrimônio líquido				
Capital social	13.a	84.356	84.356	49.299
Reserva legal	13.b	3.350	3.350	2.168
Reserva de lucros		42.878	42.878	26.028
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.a	-	-	2.906
		130.584	130.584	80.401
Participação de não controladores		-	15.947	13.732
		130.584	146.531	94.133
Total do passivo e do patrimônio líquido		232.901	340.917	172.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética São Patrício S.A.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em reais)

	Notas	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	14	-	-	45.864	29.271
Custos operacionais	15			(10.092)	(8.819)
Lucro Bruto		-	-	35.772	20.452
(Despesas)/ receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais		(16)	-	(637)	(592)
Despesas tributárias		-	-	(2.175)	(115)
Despesas com depreciação e amortização	8.1	(211)	(211)	(211)	(211)
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	23.876	10.640	1.111	-
		23.649	10.429	(1.912)	(918)
Lucro antes do resultado financeiro		23.649	10.429	33.860	19.534
Resultado financeiro líquido	17	-	(2)	(5.361)	(6.114)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		23.649	10.427	28.499	13.420
Imposto de renda e contribuição social	18	-	-	(2.120)	(1.054)
Lucro líquido do exercício		23.649	10.427	26.379	12.366
atribuído ao controlador		-	-	23.649	10.427
atribuído aos não controladores		-	-	2.730	1.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética São Patrício S.A.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em reais)

Notas	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado líquido do exercício	23.649	10.427	26.379	12.366
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	23.649	10.427	26.379	12.366
atribuído ao controlador	- #	-	23.649	10.427
atribuído aos não controladores	- #	-	2.730	1.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética São Patrício S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		49.299	1.647	19.316	2.906	73.168	13.119	86.287
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-	(1.349)	(1.349)
Lucro líquido do exercício		-	-	10.427	-	10.427	1.939	12.366
Constituição de reserva legal	13.b	-	521	(521)	-	-	-	-
Crédito de dividendos a pagar	13.c	-	-	(3.194)	-	(3.194)	-	(3.194)
Movimentação dos não controladores		-	-	-	-	-	23	23
Saldos em 31 de dezembro de 2017		49.299	2.168	26.028	2.906	80.401	13.732	94.133
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-	(609)	(609)
Aumento de Capital	13.a	35.057	-	-	(2.906)	32.151	-	32.151
Lucro líquido do exercício		-	-	23.649	-	23.649	2.730	26.379
Constituição de reserva legal	13.b	-	1.182	(1.182)	-	-	-	-
Crédito de dividendos a pagar	13.c	-	-	(5.617)	-	(5.617)	-	(5.617)
Movimentação dos não controladores		-	-	-	-	-	94	94
Saldos em 31 de dezembro de 2018		84.356	3.350	42.878	-	130.584	15.947	146.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética São Patrício S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	controladora		consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	23.649	10.427	26.379	12.366
Ajuste ao resultado do exercício				
Depreciações e amortização	211	211	5.791	4.899
Equivalência patrimonial	(23.876)	(10.640)	(1.111)	-
Juros sobre empréstimos	-	-	5.633	6.466
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	20
	(16)	(2)	36.692	23.751
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	-	-	(1.577)	(725)
Outros créditos	-	-	202	(135)
Depósito Judicial	-	-	(117)	(96)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos				
Fornecedores	-	-	(186)	(103)
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	-	1.849	(10)
Contas a pagar	-	-	(324)	324
Adiantamento de clientes	-	-	(1.490)	1.683
Outras Contas a Pagar	-	-	(1.643)	938
Caixa líquido (aplicado) / proveniente das atividades operacionais	(16)	(2)	35.049	24.689
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	(190)	(283)
Recebimento dividendos investidas	3.341	7.401	-	-
Diminuição / (Acrécimo) de investimentos	(883)	(7.391)	7.250	(7.265)
Ingresso de caixa das investimentos integralizados	-	-	120	-
Caixa líquido (aplicado) / proveniente nas atividades de investimento	2.458	10	7.180	(7.548)
Atividades de financiamento				
Amortização de financiamentos/ empréstimos	-	-	(23.043)	(19.309)
Partes relacionadas	(729)	-	(8.522)	(707)
Não controlador	-	-	94	23
Distribuição de lucros	(1.380)	-	(5.365)	(1.349)
Devolução de aporte	-	-	(2.906)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(2.109)	-	(39.742)	(21.342)
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	333	8	2.487	(4.201)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	21	13	1.636	5.837
No final do exercício	354	21	4.123	1.636
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	333	8	2.487	(4.201)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Energética São Patrício S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de novembro de 2003, com sede na Cidade de Goiânia / GO, e está sediada na Rua T-65, nº 354, sala: 22, Setor Bela Vista, tendo como atividade preponderante a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades. Na data de encerramento das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas possuía participação nas seguintes empresas:

Controladas:

Descrição	Atividade	Participação	% Participação	
			2018	2017
Riacho Preto Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Lagoa Grande Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Alto Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Antônio Dias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Cachoeirinha Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
CG Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Espraido Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Farias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
HB Esco Gestão em Energia Ltda	Produção de energia (CGH)	direta	99,998	-
Limoeiro Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Pardo Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Pitangas Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Palmeiras Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
São Cristovão Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Simonésia Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Vermelho Velho Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	-
Vila Real Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	32,50	-

Riacho Preto Energética S.A: A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Palmeiras (Estado do Tocantins) através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 38, complementada pela Resolução Autorizativa nº 175 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 9,3 MW médio, com energia contratada assegurada de 42.085 MW/a qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2024.

Lagoa Grande Energética S.A: A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do rio Palmeiras através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 37, complementada pela Resolução Autorizativa nº 176 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 25,6 MW médio, com energia contratada assegurada de 112.660 MW/a qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2024.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica de ambas Companhias passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Alto Brejaúba Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de abril de 2012 através da implantação da CGH (Central Geradora Hidrelétrica) Alto Brejaúba, no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Gonzaga-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 03 de setembro de 2028;

Antônio Dias Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Antônio Dias no rio Ribeirão da Bomba na cidade de Antônio Dias-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 09 de janeiro de 2029;

Brejaúba Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de julho de 2012 através da implantação da CGH Brejaúba no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Santa Efigênia de Minas. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 11 de setembro de 2028;

Cachoeirinha Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Cachoeirinha, no rio Cachoeirinha, na cidade de Bueno Brandão - MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 03 de fevereiro de 2020;

CG Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de outubro de 2012 através da implantação da CGH Corrente Grande no rio Corrente Grande na cidade de Guanhães-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 23 de outubro de 2028;

Espraiado Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Espraiado no rio Espraiado na cidade de Tocos do Moji-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença para operação válida até 30 de janeiro de 2028;

Farias Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Farias no rio Ribeirão Farias na cidade de Guanhães-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 29 de outubro de 2028;

HB Esco Gestão em Energia Ltda: Investida no segmento de prestação de serviços de gestão em energia;

Limoeiro Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Limoeiro no rio Cachoeirinha na cidade de Bueno Brandão-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 05 de agosto de 2019;

Pardo Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de Janeiro de 2014 através da implantação da CGH Pardo, no rio Pardo na cidade de Caldas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 02 de dezembro de 2019;

Pitangas Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Pitangas no rio Ribeirão Pitangas, na cidade de Braúnas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 29 de novembro de 2028;

Palmeiras Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de setembro de 2013 através da implantação da CGH Palmeiras, no rio José Pedro na cidade de Durandé-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 12 de março de 2020;

São Cristovão Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de julho de 2016 através da implantação da CGH Vista Verde, no ribeirão na cidade de Gonzaga-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 21 de agosto de 2027;

Simonésia Energia S/A: Teve operação iniciada em 01 de abril de 2014 através da implantação da CGH Simonésia no rio José Pedro na cidade de Simonésia-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 07 de abril de 2020;

Vermelho Velho Energia S/A: Teve operação iniciada em 19 de novembro de 2014 através da implantação da CGH Vermelho Velho no rio Vermelho na cidade de Raul Soares - MG. Tem potência instalada de 2,5 MW e licença de operação com validade até 24 de setembro de 2020;

Vila Real Energia S.A. – Constituída em 22 de abril de 2014 e encontra-se em operação através de sua subsidiária integral Maynard Energética LTDA, que possui 06 PCHs.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e complementados por normas específicas aprovadas para o setor energético pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2019.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e CPC 36 (R3) e compreendem as informações da Companhia e de suas controladas mencionadas na Nota explicativa nº 1.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as empresas consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores nos investimentos em que a Companhia detém controle ou poder de governar as políticas financeiras e operacionais (participação ativa na administração). Os investimentos em empresas de controle compartilhado (“Joint Ventures”), são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

3. Políticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos, nos casos dos investimentos financeiros, dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Títulos e valores mobiliários

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia como sendo de liquidez imediata, classificados para serem levados até a data de vencimento do próprio instrumento ou de outros instrumentos passivos atrelados. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, considerando a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

As contas a receber são também ajustadas de prováveis descontos compulsórios definidos pelo regulador, onde são considerados os critérios definidos por este regulador e a probabilidade de ocorrência do mesmo.

Pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

d) Investimentos e participações societárias

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, conforme CPC18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício, é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. As movimentações em reservas de capital, ou em outros itens integrantes do patrimônio líquido são reconhecidos de forma reflexa, no patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente o valor recuperável de seus investimentos, quando existem indícios que o valor registrado possa não ser recuperado através das operações da Companhia, uma provisão e contabilizada.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Autorização e indenização

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as controladas da Companhia obtiveram da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público (UBP). A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Eletrobrás e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da ICPC 01 – “Contratos de Concessão”. Em decorrência, e como requerido pelo OCPC 05, foi aplicado o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”.

g) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realizá-lo e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

i) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros para negociação; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros para negociação

Quando aplicável, os ativos financeiros para negociação, são classificados nessa categoria, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias incorridas até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

j) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicáveis, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes as dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía ativos e passivos com necessidade de ajuste ao valor presente.

3.2. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.1, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de energia e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade da energia vendida, considerando os casos em que há previsibilidade de ajustes por parte do regulador no valor definido contratualmente após cálculo e aprovação dos montantes.

b) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. As provisões julgadas pelos advogados como de perdas possíveis são divulgadas em notas explicativas com as explicações e fundamentos dos advogados para a conclusão sobre a probabilidade.

c) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1 e), a Companhia utiliza-se da vida útil estimada pelo órgão regulador, porém revisa anualmente essas estimativas e avalia se refletem de fato a real vida útil dos seus ativos.

3.3. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis

3.3.1. Novas normas e interpretações e revisadas

A Companhia adotou o IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de Contratos com Clientes e o IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018.

(i) CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

IFRS 15– Receita de Contratos com Clientes (“Revenue from Contracts with Customers”), em 4 de novembro de 2016 foi emitido o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes que substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. Este novo pronunciamento introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e, como a receita é mensurada. A Companhia realizou uma avaliação e aplicação deste modelo e não constatou diferenças significativas na em sua forma de reconhecimento.

(ii) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (hedge accounting). A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Dentre as alterações trazidas com esse novo pronunciamento, as principais alterações que o IFRS 9 trouxe foram novos critérios de classificação de ativos financeiros, em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado) dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma trouxe um novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”, em substituição ao modelo até então utilizado de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia realizou uma avaliação do eventual impacto no novo modelo prospectivo de perdas de créditos esperadas e os resultados obtidos não foram considerados relevantes no contexto das informações como um todo. Essa avaliação foi realizada com base em informações atualmente disponíveis e, pode estar sujeita a eventuais mudanças decorrentes de alterações futuras nos modelos de negócios e/ou novos contratos firmado pela Companhia.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluído as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Companhia.

3.3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção:

a.

Norma	Pronunciamentos	Descrição	Vigência a partir de:
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Operações de arrendamento mercantil	1º de janeiro de 2019
IFRS 2	Não editado	Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações	A ser determinado
IFRS 10 e IAS 28	Não editado	Mensuração a valor justo de coligadas e empreendimento controlado em conjunto	A ser determinado

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC de modo que sejam adotados a partir de sua aplicação.

A Administração da Companhia fará avaliação de eventuais impactos referentes às novas normas e interpretações que se apliquem a sua atividade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários	354	21	1.496	714
Aplicações financeiras	-	-	2.627	922
	354	21	4.123	1.636

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a aplicações em fundos FIC e Certificado de Depósitos Bancários e possuem vencimento e rentabilidade conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa FIC Especial RF LP (a)	-	-	3.456	3.296
Caixa FIC Personal RF LP	-	-	613	583
Itaú S/A (b)	-	-	2.901	-
	-	-	6.970	3.879

- (a) Aplicação das controlas Lagoa Grande e Riacho Preto vinculada a garantia com o Contrato de Financiamento mencionado na Nota Explicativa nº 10, captado junto à Caixa Econômica Federal, o qual delibera a manutenção de saldo aplicado proporcional ao valor de 01 (uma) parcela referido instrumento. O vencimento final do contrato e consequentemente do resgate da aplicação é em março de 2021;

- (b) Aplicação financeira compromissadas em CDB e ou fundo de investimentos vinculada a garantia com o Contrato de Financiamento mencionado na Nota Explicativa nº 10, captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA. A remuneração está vinculada a variação mensal de 100,3% do CDI.

6. Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasil (a)	-	-	5.951	4.263
CCEE* – Liquidação financeira (c)	-	-	1.311	-
Tim Celular S/A (b)	-	-	900	-
Magazine Luiza S/A (b)	-	-	480	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	(1.311)	-
	-	-	7.331	4.263

* Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

- (a) Refere-se a saldo a receber de energia vendida à Eletrobrás competente ao Contrato de Venda nº CT – PROINFA/ PCH -002/2004 e PCH005/2004 firmado entre as partes. Pelo curto prazo do giro de recebimento (45 dias), a Administração entende que não há efeitos significativos do ajuste a valor presente do montante;
- (b) Contas a receber proveniente de arrendamento das CGH's.
- (c) Refere-se a saldo a receber junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE em virtude de excedente de geração disponibilizada na rede pelas CGHs que operam no mercado livre. Em virtude do referido saldo apresentar inadimplência a mais de 180 dias, optou-se por registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa de todo montante.

7. Saldos e transações com partes relacionadas

7.1. Partes relacionadas

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo, e operações comerciais de prestação de serviços reconhecidas ao custo inicial.

Os saldos estão assim apresentados:

Descrição - Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Hy Brazil Energia S/A	1.008	-	22.210	-
	1.008	-	22.210	-

Descrição – Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mauá Part. Societárias S/A	-	1.435	-	1.435
Consórcio Rio Palmeiras (a)	-	-	6.717	6.717
Toctao Engenharia Ltda (b)	-	-	1.361	1.783
GMS Engenharia Ltda (b)	-	-	1.690	1.972
Hy Brazil Energia S/A (c)	95.968	-	96.071	-
HB Esco Gestão em Energia	733	-	-	-
	96.701	1.435	105.839	11.907
Circulante	96.701	-	96.071	-
Não Circulante	-	1.435	9.768	11.907

(a) O saldo com a parte relacionada Consórcio Rio Palmeiras – CRP, é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.

(b) Os saldos com as partes relacionadas Toctao e GMS Engenharia Ltda. são originados pela prestação de serviços referente a construção da usina ocorridos em 2008 e reconhecidos, para ajuste e adequação do patrimônio, em contrapartida ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013.

(c) Dívida originária do valor a ser devolvido de redução de capital mencionado na nota explicativa nº 13 a.

7.2. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não pagou remuneração direta aos seus administradores, cabendo aos mesmos apenas a parcela da distribuição de lucros recebida pelos acionistas pessoa jurídica nos quais os mesmos fazem parte.

8. Investimentos

8.1. Composição dos investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande (a)	3.193	3.404	-	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento Capital	884	7.265	-	7.265
Investimentos em controladas e coligadas	226.557	75.349	35.279	-
Consórcio Centro Oeste (b)	906	906	906	906
	231.540	86.924	36.185	8.171

(a) Os respectivos ágios foram constituídos mediante aquisição por parte da controladora de participação de acionistas não controladores em virtude de expectativa de rentabilidade futura. Tendo em vista a vida útil definida desta rentabilidade, a qual compreende o período de concessão/autorização para operar na produção e comercialização de energia, os mesmos são amortizados linearmente dentre a data da entrada em operação das usinas (dezembro de 2008), até a data de término das concessões/autorização públicas (fevereiro de 2034). O valor anual da

amortização é de R\$ 211. Para fins de demonstração consolidado, os respectivos ágios são classificados como intangível.

(b) Gastos com estudos de potencial energético de alguns rios;

8.2. Detalhamento dos investimentos em controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2018					
Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado objeto de equivalência	Investimento	Equivalência Patrimonial
Riacho Grande Energética S.A.	84,59%	24.144	2.269	19.913	1.919
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59%	79.303	15.445	67.078	13.064
Alto Brejaúba Energia S/A	100%	5.938	297	5.938	297
Antônio Dias Energia S/A	100%	6.001	67	6.001	67
Brejaúba Energia S/A	100%	6.777	276	6.777	276
Cachoeirinha Energia S/A	100%	6.958	1.021	6.958	1.021
CG Energia S/A	100%	5.999	244	5.999	244
Espraiado Energia S/A	100%	8.002	199	8.002	199
Farias Energia S/A	100%	5.287	185	5.287	185
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998%	9.245	3.194	9.245	3.194
Limoeiro Energia S/A	100%	6.925	850	6.925	850
Pardo Energia S/A	100%	7.858	513	7.858	513
Pitangas Energia S/A	100%	7.389	224	7.389	224
Palmeiras Energia S/A	100%	7.993	(52)	7.993	98
São Cristovão Energia S/A	100%	6.147	187	6.147	37
Simonésia Energia S/A	100%	7.280	584	7.279	584
Vermelho Velho Energia S/A	100%	6.489	(7)	6.489	(7)
Controladas em conjunto					
Vila Real Energia S/A	32,50%	108.552	3.689	35.279	1.111
				226.557	23.876

Em 31 de dezembro de 2017					
Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial
Riacho Grande Energética S.A.	84,59%	21.274	1.072	17.994	907
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59%	67.808	11.506	57.355	9.733
				75.349	10.640

8.3. Informação das investidas

31/12/2018

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício	Resultado objeto de equivalência
Riacho Grande Energética S.A.	44.245	20.101	24.144	7.127	(2.170)	2.269	2.269
Lagoa Grande Energética S.A.	114.436	35.133	79.303	27.874	(6.690)	15.445	15.445
Pitangas Energia S/A	8.588	1.199	7.389	1.884	(680)	809	224
Espraiado Energia S/A	9.748	1.746	8.002	1.884	(584)	905	199
Limoeiro Energia S/A	8.944	2.019	6.925	2.949	(327)	2.209	850
Antônio Dias Energia S/A	7.676	1.675	6.001	1.280	(376)	569	67
Simonésia Energia S/A	11.397	4.117	7.280	3.429	(519)	2.423	584
Farias Energia S/A	6.957	1.670	5.287	1.507	(292)	858	185
Cachoeirinha Energia S/A	8.935	1.977	6.958	3.121	(396)	2.393	1.021
CG Energia S/A	7.726	1.727	5.999	1.884	(292)	1.210	244
São Cristovão Energia S/A	12.863	6.716	6.147	1.720	(484)	488	187
Alto Brejaúba Energia S/A	7.364	1.426	5.938	1.884	(210)	1.327	297
Pardo Energia S/A	10.313	2.455	7.858	2.284	(251)	1.728	513
Brejaúba Energia S/A	8.615	1.838	6.777	1.884	(260)	1.216	276
Palmeiras Energia S/A	11.603	3.610	7.993	1.734	(525)	679	(52)
Vermelho Velho Energia S/A	11.852	5.363	6.489	1.075	(426)	70	(7)
HB Esco Gestão em Energia Ltda	9.636	391	9.245	10.313	-	9.034	3.194
Vila Real Energia S/A	144.177	35.625	108.552	13.872	(3.408)	10.464	3.689

31/12/2017

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício
Riacho Grande Energética S.A.	45.296	24.022	21.274	5.841	(2.424)	1.072
Lagoa Grande Energética S.A.	115.216	47.408	67.808	23.429	(6.161)	11.506

8.4. Movimentação dos investimentos**Em 31 de dezembro de 2018**

Controladas	Saldo inicial	Dividendos (c)	Integralização capital (a)	Ajuste (b)	Equivalência patrimonial	Investimento
Riacho Grande Energética	17.994	-	-	-	1.919	19.913
Lagoa Grande Energética	57.355	(3.341)	-	-	13.064	67.078
Alto Brejaúba Energia S/A	-	-	5.641	-	297	5.938
Antônio Dias Energia S/A	-	-	5.934	-	67	6.001
Brejaúba Energia S/A	-	-	6.501	-	276	6.777
Cachoeirinha Energia S/A	-	-	5.355	582	1.021	6.958
CG Energia S/A	-	-	5.755	-	244	5.999
Espraido Energia S/A	-	-	7.803	-	199	8.002
Farias Energia S/A	-	-	5.102	-	185	5.287
HB Esco Gestão em Energia Ltda	-	-	6.018	33	3.194	9.245
Limoeiro Energia S/A	-	-	6.075	-	850	6.925
Pardo Energia S/A	-	-	7.345	-	513	7.858
Pitangas Energia S/A	-	-	7.165	-	224	7.389
Palmeiras Energia S/A	-	-	7.895	-	98	7.993
São Cristovão Energia S/A	-	-	6.110	-	37	6.147
Simonésia Energia S/A	-	-	6.695	-	584	7.279
Vermelho Velho Energia	-	-	6.496	-	(7)	6.489
Vila Real Energia S/A	-	-	34.168	-	1.111	35.279
	75.349	(3.341)	130.058	615	23.876	226.557

Em 31 de dezembro de 2017

Controladas	Saldo inicial	Adição/Baixa	Equivalência patrimonial	Investimento
Riacho Grande Energética S.A.	16.961	126	907	17.994
Lagoa Grande Energética S.A.	55.023	(7.401)	9.733	57.355
	71.984	(7.275)	10.640	75.349

- (a) Valor de investimento integralizado pela acionista Hy Brazil conforme nota explicativa nº 13 a.
- (b) O valor do ajuste é o complemento desta transferência de investimentos em contra-partida ao recurso a devolver para a Hy Brazil.
- (c) O estatuto da controlada assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/1976. Posteriormente o mesmo foi alterado e o dividendos será creditado/distribuído durante a fase de amortização do financiamento junto a CEF, somente após expressamente autorizada pela instituição financeira. Para o ano de 2018, a instituição não formalizou a autorização do montante a ser distribuído pela companhia. Desta forma, o valor total distribuído em 2018 pela controlada foi de R\$ 3.950 (R\$3.341 para Companhia).

9. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	% a.a. - Taxa de depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	-	-	3.430	1.762
Reservatório, barragem e adutoras	2% e 3,33%	-	-	98.129	67.509
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	55.213	22.012
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	86.474	45.855
Móveis e utensílios	10%	-	-	27	17
Imobilizado em curso					
Estoque	-	-	-	19	19
Terreno	-	-	-	139	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	46	-
Intangível	-	-	-	25	-
Sistema de Transmissão					
Estoques	-	-	-	15	15
Intangíveis	-	-	-	39	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	120	127
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	15.646	12.135
		-	-	259.322	149.490

Movimentações no ativo imobilizado em dezembro de 2018

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Integralização capital (a)	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado em serviço				
Terrenos	1.762	1.668	-	3.430
Reservatório, barragem e adutoras	67.509	32.612	(1.992)	98.129
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.012	33.977	(777)	55.212
Máquinas e equipamentos	45.855	45.877	(2.315)	89.417
Móveis e utensílios	17	13	(3)	27
Imobilizado em curso				
Estoque	19	-	-	19
Terreno	-	139	-	139
Adiantamento a Fornecedores	-	46	-	46
Intangível	-	25	-	25
Sistemas de transmissão				
Estoques	15	-	-	15
Intangíveis	39	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	127	-	(7)	120
Máquinas e equipamentos	12.134	1.056	(486)	12.704
	149.489	115.413	(5.580)	259.322

(a) Valor de imobilizado consolidado pelo investimento integralizado em controladas pela acionista Hy Brazil conforme nota explicativa nº 13 a.

Movimentações no ativo imobilizado em 2017

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado em serviço			
Terrenos	1.762	-	1.762
Reservatório, barragem e adutoras	69.313	(1.804)	67.509
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.596	(584)	22.012
Máquinas e equipamentos	47.668	(1.813)	45.855
Móveis e utensílios	21	(4)	17
Imobilizado em curso			
Estoque	34	-	34
Sistemas de transmissão			
Intangíveis	39	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	135	(8)	127
Máquinas e equipamentos	12.609	(475)	12.134
	154.177	(4.688)	149.489

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Financiamento CEF (a)	-	-	39.196	54.355
Financiamento BNDES Itaú BBA (b)	-	-	36.372	-
			75.568	54.355
Circulante	-	-	29.821	17.471
Não circulante	-	-	45.747	36.884

- (a) O financiamento junto à Caixa Econômica Federal (CEF), recursos captados para a realização do projeto de construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas PCH – Lagoa Grande e PCH – Riacho Preto, localizadas no Rio Palmeiras no Estado do Tocantins, e da linha de transmissão a ser compartilhada com outras PCH's. A taxa de juros é de 3,74% ao ano, acrescida da TJLP e tem como garantia, hipoteca de terrenos e alienação de ações das investidas.

A dívida será exigida antecipadamente nas hipóteses de extinção, término ou revogação da autorização para exploração da PCH, bem como cumprimento de índices de suficiência de cobertura do serviço da dívida e relação mínima do patrimônio líquido e passivo total.

Em 31 de dezembro de 2018, as cláusulas restritivas da controlada Riacho Preto Energética S.A. não foram integralmente cumpridas, notadamente referente a suficiência de cobertura do serviço da dívida. A Administração entende que a análise de cobertura de índices da Companhia não pode ser analisado isoladamente, mas sim em conjunto com a operação da PCH - Lagoa Grande Energética S/A, isto em função de fazerem parte de um mesmo grupo econômico, e juntas serem entendidas como um mesmo projeto de investimento nesta localização geográfica, que quando considerado este cenário, apresentam cobertura do índice relacionado ao serviço da dívida.

- (b) Financiamentos captados pelas controladas junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA, utilizado para a construção das usinas. A estrutura das usinas são as garantias das operações. A taxa de juros anual varia de 5,50% a 4,40% + TJLP e os vencimentos finais previstos para os anos de 2021, 2022 a 2025

Vencimento do longo prazo	Saldo
2019	29.821
2020	29.521
2021	8.348
2022	3.320
2023	2.484
2024	2.064
2025	10
	75.568

Movimentação:

Descrição	2018	2017
Saldo inicial	54.355	67.198
Amortização	(23.043)	(19.309)
Juros	5.633	6.466
Ingresso de saldo devedor de controladas	38.623	-
Saldo final	75.768	54.355

11. Adiantamento de clientes

Refere-se ao saldo credor entre o valor recebido a título de faturamento realizado no ano do contrato firmado junto a Eletrobrás e a energia disponibilizada na rede pelas controladas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de cliente - Eletrobrás	-	-	3.514	5.003
Outros	-	-	120	121
	-	-	3.634	5.124

12. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas não possuíam processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

Em 31 de dezembro de 2017 a Controlada Riacho Preto era parte em 1 processo junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, originado de auto de infração sob alegação de não recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS, cuja probabilidade de risco de perda foi avaliada pelos consultores jurídicos como provável, no montante de R\$600. Visando extinguir o processo junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, a Controlada parcelou em março de 2018, o auto de infração de ICMS em 120 parcelas, sendo a entrada de R\$109 e o restante, ou seja, 119 parcelas de R\$11. Enquanto a Controlada Lagoa Grande apresentava em 31 de dezembro de 2017, possuía 2 processos com avaliação de probabilidade de perda como possível, sendo: i) 2 processos junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, originado de auto de infração sob alegação de aproveitamento indevido de crédito de ICMS e diferencial de alíquota, em que os valores estimados montam em aproximadamente R\$481 e R\$455, respectivamente. Visando extinguir os 2 processos junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, a Controlada parcelou em março

de 2018, o auto de infração de ICMS em 120 parcelas, sendo a entrada de R\$87 e o restante, ou seja, 119 parcelas de R\$9.

Recuperação ambiental

A atividade da Companhia, através de suas controladas, é realizada com a utilização de recursos hídricos e modificação de leito de rios e áreas ciliares. Para essas situações, sempre que existentes obrigações futuras decorrentes de eventos já ocorridos. Atualmente a Companhia e suas investidas entende que não são parte, nem possuem nenhum processo ou obrigação futura relacionada à recuperação ou danos ambientais.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.299 e representado por 40.239.209 (quarenta milhões, duzentas e trinta e nove mil, duzentas e nove) ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	ações	R\$
Maua Participações Estruturadas S.A.	3.005.213	6.683
Triade Energia S.A.	37.233.996	42.616
	40.239.209	49.299

Em assembleia geral extraordinária registrada em 27 de fevereiro de 2018, aprovou o aumento de capital em R\$6.000, mediante emissão de 3.299.718 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil e setecentos e dezoito) ações ordinárias nominativas, integralizadas com recursos mantidos em adiantamento para aumento de capital (R\$ 2.906) e dividendos a pagar (R\$ 3.094). Em ato contínuo, os acionistas aprovaram a redução do capital da Companhia em R\$ 6.000, mediante o cancelamento de 3.299.718 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil e setecentos e dezoito) ações ordinárias nominativas em contrapartida ao cancelamento das ações o crédito que a Companhia detinha junto a Hy Brazil Energia S.A.

Em assembleia geral extraordinária de 30 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 97.530, mediante a emissão de 44.210.214 (quarenta e quatro milhões, duzentos e dez mil, duzentas e quatorze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,20 (dois reais e vinte centavos) por cada ação emitida.

As ações foram totalmente subscritas pela acionista HY Brazil Energia S.A. e integralizadas com participações nas seguintes controladas e coligada com informações da data base 30 de setembro de 2018:

Controladas	% capital social da investida	R\$ - Integralização capital	O
Alto Brejaúba Energia S/A	100	5.641	
Antônio Dias Energia S/A	100	5.934	
Brejaúba Energia S/A	100	6.501	
Cachoeirinha Energia S/A	100	5.355	
CG Energia S/A	100	5.755	
Espraido Energia S/A	100	7.803	
Farias Energia S/A	100	5.102	
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998	6.018	
Limoeiro Energia S/A	100	6.075	
Pardo Energia S/A	100	7.345	
Pitangas Energia S/A	100	7.165	
Vila Real Energia S/A	27,50	28.836	
	-	97.530	

Desta forma, o capital social da Companhia, de R\$49.299, representado por 40.239.209 (quarenta milhões, duzentos e trinta e nove mil, duzentas e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passa a ser de R\$146.829, representado por 84.449.423 (oitenta e quatro milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Ato contínuo, foi aprovada a redução do capital social da Companhia em R\$95.000, passando o capital social, dos atuais R\$146.829 para R\$51.829, mediante o cancelamento de 43.063.294 (quarenta e três milhões, sessenta e três mil, duzentas e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas de propriedade da acionista HY Brazil Energia S.A., e restituição do valor de patrimônio líquido contábil correspondente às ações canceladas, conforme balancete especial levantado na data de 30 de setembro de 2018. Assim, considerando que o valor de patrimônio líquido contábil das 43.063.294 (quarenta e três milhões, sessenta e três mil, duzentas e noventa e quatro) ações ordinárias ora canceladas corresponde a R\$95.000, provisionado a favor da acionista HY Brazil Energia S.A. em contrapartida ao cancelamento das referidas ações. Tendo em vista que após a formalização das deliberações aprovadas na Assembleia Geral houve variação positiva do capital social em R\$2.530 e que, assim, o capital social da Companhia após a celebração da Assembleia Geral Extraordinária passou a ser de R\$51.829, dividido em 41.386.129 (quarenta e um milhões, trezentas e oitenta e seis mil, cento e vinte e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, assim distribuídas:

Acionista	ações	R\$
Hy Brazil Energia S.A	41.386.129	51.829
	41.386.129	51.829

Em assembleia geral extraordinária de 30 de novembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, atualmente integralizado em sua totalidade, em R\$27.196, mediante a emissão de 12.327.975 (doze milhões, trezentas e vinte e sete mil, novecentas e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,20 (dois reais e vinte centavos) por cada ação emitida, definido com base no critério do artigo 170, §1º, I, da Lei 6.404/1976. As ações foram totalmente subscritas pela acionista HY Brazil Energia S.A., e integralizadas com participações nas seguintes controladas e coligadas com informações da data base 31 de outubro de 2018:

Controladas e coligadas	% capital social da investida	R\$ - Integralização capital
Palmeiras Energia S/A	100	7.895
São Cristovão Energia S/A	100	6.110
Simonésia Energia S/A	100	6.695
Vermelho Velho Energia	100	6.496
		27.196

Desta forma, o capital social da Companhia, de R\$51.829, representado por 41.386.129 (quarenta e um milhões, trezentas e oitenta e seis mil, cento e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passa a ser de R\$79.025, representado por 53.714.104 (cinquenta e três milhões, setecentas e quatorze mil, cento e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	ações	R\$
Hy Brazil Energia S.A	53.714.104	79.025
	53.714.104	79.025

Em assembleia geral extraordinária de 28 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, em R\$5.331, mediante a emissão de 2.418.197 (dois milhões, quatrocentas e dezoito mil, cento e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,20 (dois reais e vinte centavos) por cada ação emitida, definido com base no critério do artigo 170, §1º, II, da Lei 6.404/1976. As ações foram totalmente subscritas pela acionista HY Brazil Energia S.A. e integralizadas, mediante a conferência de 2.550 (duas mil e quinhentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da sociedade anônima fechada Vila Real Energia S.A., cujo valor foi apurado pelo critério de valor contábil, elaborado com base em balancete-especial levantado com data-base de 30 de novembro de 2018.

Desta forma, o capital social da Companhia, de R\$79.025, representado por 53.714.104 (cinquenta e três milhões, setecentas e quatorze mil, cento e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passa a ser de R\$84.356, representado por 56.132.301 (cinquenta e seis milhões, cento e trinta e duas mil, trezentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	ações	R\$
Hy Brazil Energia S.A	56.132.301	84.356
	56.132.301	84.356

b) Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o cálculo para apuração da reserva legal é demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	23.649	10.427
Percentual definido pela legislação	5%	5%
	1.182	521

c) Destinação do lucro

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	23.649	10.427
Percentual – Reserva Legal	5%	5%
	1.182	521
Base para dividendos mínimos obrigatórios	22.467	9.906
Dividendo mínimo provisionado – 25%	5.617	2.476

Os dividendos mínimos constituídos em 2017 foram de R\$ 2.476, no entanto, em assembleia geral de dezembro de 2018, deliberou sobre créditos de dividendos com base no balanço de 30 de novembro de 2017, no valor de R\$ 3.194.

14. Receita operacional líquida

Receita gerada da venda de energia elétrica:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita de operação com energia elétrica (a)	-	-	36.326	30.380
Receita de operação com energia elétrica – mercado livre (b)	-	-	3.740	-
Receita de serviços (gestão contratos) (c)	-	-	5.413	-
Receita com arrendamento de CGH's (d)	-	-	3.660	-
(-) Impostos incidentes (Pis e Cofins)	-	-	(1.964)	(1.109)
(-) Provisão risco na realização de venda energia – mercado livre	-	-	(1.311)	-
	-	-	45.864	29.271

- (a) Receita proveniente da venda de energia contratada para a Eletrobrás. A receita é reconhecida pelo valor fixo definido no contrato reajustado anualmente no mês de maio, calculado com base na energia em MW/H contratada e ajustado no ano posterior ao montante fornecido.
- (b) Receita gerada, exclusivamente pelas controladas proveniente da venda de energia elétrica vendida através de contratos com comercializadoras.
- (c) Receita proveniente da gestão dos contratos prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída;
- (d) Receita de arrendamento de CGH's.

15. Custos operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material	-	-	(552)	(280)
Serviços de Terceiros	-	-	(2.488)	(2.957)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.005)	(662)
Aluguéis	-	-	(42)	(54)
Depreciação	-	-	(5.580)	(4.688)
Seguros	-	-	(154)	(178)
Combustível	-	-	(77)	-
Energia	-	-	(14)	-
Taxas	-	-	(10)	-
Outros	-	-	(170)	-
	-	-	(10.092)	(8.819)

16. Despesas tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento ICMS – diferencial de alíquota (a)	-	-	(2.067)	-
Taxas	-	-	(108)	(115)
	-	-	(2.175)	(115)

(a) Este valor refere-se a processos judiciais de ICMS das controladas, os quais foram parcelados em março de 2018.

17. Resultado financeiro líquido

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Rendimento de aplicação financeira	-	-	384	523
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
	-	-	384	523
Despesas bancárias	-	(2)	(112)	(171)
Juros de empréstimos	-	-	(5.633)	(6.466)
	-	(2)	(5.745)	(6.637)
Resultado Financeiro	-	(2)	(5.361)	(6.114)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido às presunções de 8% e 12% aplicando-se as alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, e são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida pelo regime de competência. A seguir, a alíquota efetiva do imposto com base no lucro antes do IRPJ e CSLL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do IRPJ e CSLL	23.649	10.427	28.499	13.420
(x) alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
(=) IRPJ e CSLL	(8.041)	(3.545)	(9.690)	(4.562)
(-) equivalência patrimonial	8.118	3.618	378	-
(-) Ajuste para refletir alíquota efetiva (LP)	(77)	(73)	7.192	3.509
(=) Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(2.120)	(1.054)
Alíquota efetiva	-	-	7,44%	7,85%

19. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, vendas de energia, bem como instrumentos financeiros derivativos. Em 2018 e 2017 a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base da remuneração.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

Venda de energia

São contratados com a Eletrobrás e registrados com base no preço contratado da energia, que é reajustável anualmente com base no IGPM.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

b.1) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

ii) Risco do preço da energia

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política

b.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

d) Risco ambiental

Para geração e fornecimento de energia, as Controladas apresentam estudos ambientais anualmente junto à NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins – autarquia de monitoramento e controle ambiental) e SUPRAMs (Superintendências Regionais de Meio Ambiente), onde são requeridos o cumprimento do PBAs. (que podem envolver acompanhamento de qualidade da água, sedimento e fauna). A Controlada Riacho Preto entrou com pedido de renovação da licença de operação em dezembro de 2014, isto é dentro do prazo estabelecido pela legislação em vigor, estando prorrogado a validade da

referida licença até a manifestação formal do instituto NATURANTIS, conforme artigo 41 parágrafo único da Resolução COEMA 07/2005.

20. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

21. Eventos Subsequentes

A Companhia celebrou com a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, instrumento particular de escritura de 1º emissão de debentures simples, não conversíveis em ações em série única, para distribuição pública com esforços restritos.

O valor da emissão é de R\$ 100.000 com prazo de 5 anos e data final em 19 de dezembro de 2023 com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% ao ano. Em 28 de janeiro de 2019, foi creditado na conta corrente da Companhia o montante de R\$ 60.000.

Os valores relativos aos Juros Remuneratórios das Debêntures deverão ser pagos em 20 (vinte) parcelas trimestrais e consecutivas a partir da Data de Emissão, no dia 19 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 19 de março de 2019 e o último na Data de Vencimento, cada qual na mesma data em que a parcela do saldo do Valor Nominal Unitário deverá ser amortizada, conforme cronograma abaixo:

Data	Amortização
19/mar/19	1.000
19/jun/19	1.300
19/set/19	1.600
19/dez/19	1.900
19/mar/20	2.100
19/jun/20	2.400
19/set/20	2.700
19/dez/20	3.000
19/mar/21	3.500
19/jun/21	4.800
19/set/21	5.800
19/dez/21	6.900
19/mar/22	7.000
19/jun/22	7.250

19/set/22	7.500
19/dez/22	7.750
19/mar/23	8.000
19/jun/23	8.250
19/set/23	8.500
19/dez/23	8.750

Há cláusulas restritivas de vencimento antecipado (covenants), tais como: i) realização de cisão, fusão, incorporação sem aprovação de no mínimo 75% dos debenturistas; ii) revogação da regulamentação e normatização sobre acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, bem como o sistema de compensação de energia elétrica, conforme regulamentado pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”); iii) redução do capital social da Emissora, das Controladas, da Riacho Preto ou da Lagoa Grande a partir de 1º de janeiro de 2019, sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; iv) demonstrações financeiras auditadas e emissão de relatório de até 3 meses após o encerramento do exercício; v) índice financeiros a partir de 30 de junho de 2019, dentre outras.

A liquidação pelos debenturistas no valor de R\$ 100.000 ocorreu em 28 de janeiro de 2019 e os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão foram utilizados para pagamento integral à Hy Brazil da redução do seu capital social no valor de R\$95.000, conforme aprovado, pela assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 30 de outubro de 2018, conforme nota explicativa nº 13a.